

fazem, para ele, parte eles também dos dez por cento, enquanto manipuladores ativos aos quais resistem os contra-manipuladores. Tudo se desenvolve assim na esfera psicossocial das “minorias ativistas”, nas costas dos noventa por cento “passivos”. Esta teoria das elites é inseparável de uma ideologia da manipulação, inscrita na aparência-falsa da política imaginária. Mais exatamente, poder-se-ia dizer que o registro da *ficção* (reconhecida como tal em seus efeitos) parece hoje deixar, na política, cada vez mais lugar ao parecer (isto é a um simulacro do real): o especular está esvaziando o imaginário... Tomada no sonho de ação à distância (em nome da pedagogia da verdade ou da propaganda pelo falso), a ideologia da manipulação fracassa em discernir o que circula entre *todo mundo e ninguém*, entre cada um e os outros, entre os quem-de-direito, os representantes, e os “irresponsáveis” ...

A arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos. Mas tudo isto não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente.

Tradução: Eni Puccinelli Orlandi

A LÍNGUA INATINGÍVEL¹

Michel Pêcheux e Françoise Gadet

Michel Pêcheux: Françoise Gadet e eu escrevemos um livro recentemente, *La langue introuvable*, que aborda a relação entre história, ideologia e discursividade, bem como a questão da *língua*, da maneira como ela é considerada pelos linguistas profissionais. Ao que nos consta, a reflexão sobre ideologias teve seu início com a problemática francesa do começo dos anos 60 acerca do estruturalismo filosófico, que em grande parte foi organizada em torno da questão da *leitura* (interpretação) de discursos ideológicos. Essa problemática, à época girando em torno de Lévi-Strauss, Foucault, Barthes, Lacan, Althusser e outros, não tomou somente a forma de um programa de pesquisa: foi também um dispositivo polêmico voltado para as ideias dominantes então.

Podemos mencionar três conjuntos de ideias dominantes naquele momento. Primeiramente, havia os “resquícios” ainda intactos de um espiritualismo filosófico associado a uma concepção religiosa de *leitura*. Esses “resquícios” se estenderam da hermenêutica literária — que perseguia os “temas” nos “trabalhos” — para a concepção fenomenológica de “projeto” — a projeção do significado em material verbal por meio do poder constitutivo do sujeito-leitor. Havia em cada caso, na verdade, uma representação teológica de uma *relação* entre uma origem (Deus, o Autor) e um

¹ “La langue introuvable”. Canadian Journal of Political and Social Theory. Vol. 15, nos. 1, 2 e 3. Montréal: Concordia University, 1991. Entrevista traduzida do inglês.

fin (o sujeito-consciência) por meio do Texto, que era por sua vez um meio mais ou menos transparente dessa relação. Em segundo lugar, havia as formas mais cotidianas, secularizadas dessa *leitura* teológica, inscritas nas figuras do emissor/receptor, que estavam se tornando proeminentes nas ciências humanas e sociais nas mais diversas formas de “análise do conteúdo” da comunicação. Por fim, havia o objetivismo “científico”, que reagiu ao espiritualismo acima mencionado por meio da referência à *seriedade* da ciência e, acima de tudo, da referência à Teoria da Informação. Esse projeto procurou tratar os textos “objetivamente” como se eles fossem uma população de palavras, sobre os quais poder-se-ia realizar uma espécie de demografia estatística quantitativa.

O estruturalismo filosófico da década de 1960 declarou guerra a essas formas espontâneas ou sofisticadas de *leitura*. Ele escreveu em suas bandeiras e faixas conceitos como “leitura sintomática” e “teoria do discurso”, e produziu slogans como “especificação da eficácia de uma estrutura nos seus efeitos, por meio de seus efeitos”. Marx, Nietzsche, Freud e Saussure foram recrutados para essa batalha sobre a definição de falar, escrever, escutar e ler. Como explica Althusser em *Lire le Capital*: “Foi somente a partir de Freud que começamos a suspeitar o que significa (*vont-dire*) escutar, e, por conseguinte, o que significa falar (ou manter-se calado); que esse “significado” (*vouloir-dire*) de falar e escutar revela, sob a inocência do dizer e do ouvir, as profundezas específicáveis de um nível escondido, o “significado” do discurso do inconsciente – aquele nível cujos efeitos e condições formais são pensados pela linguística moderna”. Foi por esse meio que foi claramente estabelecida a ligação estratégica entre a “teoria da ideologia” e o estruturalismo linguístico. Uma vez que o objetivo era analisar o discurso inconsciente de ideologias, a linguística estrutural apareceu como o meio científico de escapar do “eu não sei o quê” da hermenêutica literária. Se os discursos ideológicos eram de fato os mitos relativos às nossas sociedades (e comparáveis àqueles estudados por Vladimir Propp e depois por

Claude Lévi-Strauss), pensou-se ser possível construir os traços de suas estruturas invariantes (o sistema de suas funções) dentro da série combinatória de suas variações empíricas e superficiais – e assim chegar à estrutura presente na série de seus efeitos.

Os diferentes esforços na área de análise de discurso que surgiram na França naquela época – incluindo o programa de Análise Automática do Discurso, em que tenho trabalhado desde 1967 – têm buscado atingir esse objetivo de várias formas. As análises de discurso buscaram lidar seriamente com a linguística moderna, e particularmente com um trabalho de um linguista americano, Zellig Harris, providencialmente intitulado *Discourse Analysis*. Por um tempo considerável, e seguindo os passos do linguista francês Jean Dubois, o texto de Harris serviu como um ponto de referência científica concreto para linguistas envolvidos no campo da análise de discurso. Não discutirei aqui os resultados historiográficos, metodológicos e teóricos advindos desses trabalhos. Em vez disso, enfatizarei o ponto fraco da empreitada, da forma como eu a entendo hoje contando com o benefício do tempo decorrido, no que diz respeito ao papel que atribuímos à noção de ideologia dominante. Considerando, como fizemos à época, que os mitos pertinentes às sociedades capitalistas constituiam sua ideologia *dominante*, somos levados às seguintes questões: Será que não existiram, nessas mesmas sociedades, outros e diferentes mitos? Será que esses mitos não poderiam serreativos, contraditórios, antagônicos e até mesmo capazes de revelar a existência de ideologias dominadas subordinadas à ideologia dominante, ainda que dela fossem distintas?

Em razão do retorno do logicismo a nossas próprias práticas, tais questões foram de fato completamente evitadas em favor de uma referência teorista ao “discurso da ciência” (no caso, o Materialismo Histórico), que foi concebido como um ponto de antagonismo *único e exclusivo* em relação à ideologia dominante. À época, é claro, essa era uma questão política, cujo

objetivo pedagógico era “libertar” as organizações do movimento dos trabalhadores franceses (acima de tudo, do Partido Comunista Francês) dos “mitos” da ideologia dominante por meio da afirmação do valor da ciência marxista. Essa foi a maneira francesa de sonhar com uma impossível “fuga da ideologia”, de fingir finalmente controlar a própria realidade histórico-política por meio da separação da Ciência e da Ideologia (Lembremos do slogan de Lenin: “a teoria de Marx é todo-poderosa porque ela é verdadeira.”).

Desse ponto de vista, pode-se dizer que o famoso texto de Althusser sobre os “aparelhos ideológicos do Estado” foi uma tentativa de retificação que acabou por provocar um problema adicional, uma vez que o artigo foi quase que unanimemente interpretado como um trabalho de *sociologia funcionalista*. Para que se pudesse compreender algo sobre a questão da ideologia, Althusser afirmava explicitamente que seria necessário considerá-la do ponto-de-vista da “reprodução das relações de produção capitalistas”. Por várias razões, “reprodução” foi imediatamente interpretada como repetição eterna de um estado idêntico de coisas e algumas pessoas até mesmo o reprovaram por ele, a partir desse entendimento, ter associado a análise marxista a uma teoria pura de reprodução social.

Analisando o objetivo desse famoso artigo, no entanto, não há como não notar o fato de que considerar a ideologia do ponto de vista das “relações de reprodução” necessariamente implica, para um marxista, em também considerá-la do ponto-de-vista da resistência à reprodução, ou seja, da perspectiva de uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente. Portanto, isso implica em considerar ideologias dominadas não como micro-organismos ideológicos pré-constituídos com a tendência para se desenvolver de tal forma que venham a substituir simetricamente a dominação da ideologia dominante. Em vez disso,

implica em considerá-las como uma série de efeitos ideológicos que emergem da dominação e que trabalham contra ela por meio das lacunas e das falhas no seio dessa própria dominação.

A discussão de Althusser sobre os “aparelhos ideológicos de Estado” tinha também como objetivo discutir essa questão, mas provavelmente o tenha feito de forma excessivamente opaca ou prudente demais. A meu ver, os movimentos que aconteceram no fim da década de 1960 em torno da escola, da família, da religião, da divisão social do trabalho, e o relacionamento com o meio-ambiente constituem, todos eles, aquilo que chamo de *lutas ideológicas de movimento*. Ao mesmo tempo em que, sem dúvida, são uma questão de luta de classes no terreno da ideologia, essas lutas devem ser pensadas não como lutas entre classes constituídas como tais, mas, em vez disso, como uma série de disputas e embates móveis (no terreno da sexualidade, da vida privada, da educação, etc.) pelos processos por meio dos quais a exploração-dominação da classe burguesa se reproduz, com adaptações e transformações.

A consequência teórica mais importante ao se tomar essa perspectiva, em minha opinião, é que os objetos ideológicos implicados no interior das lutas de movimento são necessariamente objetos de paradoxo lógico. Eles têm uma estranha propriedade de ser ao mesmo tempo *idênticos e antagônicos entre si* – situação análoga ao Ministério do Amor do livro *1984* de Orwell, que, apesar do nome, é um ministério dedicado à tortura. Objetos ideológicos como o trabalho, o prazer sexual, a natureza, a ciência ou a razão não podem receber o status de objetos lógicos e formais (se considerarmos a lógica aqui como uma disciplina de comunicação unívoca). Esses objetos apenas existem como relações de forças historicamente móveis, como movimentos flexíveis que são surpreendentes por causa do paradoxo que eles possuem. Esses movimentos funcionam como unidades divididas, mais ou menos como aqueles dois príncipes italianos que

juraram, ambos, diante de Deus: “Eu quero a mesma coisa que o meu irmão quer”, enquanto cada um murmurava para si: “Eu quero pôr as mãos na cidade de Turim”.

Qualquer consideração a respeito desses processos assimetrios, contraditórios e heterogêneos implica em pensar na relação desses processos com a linguagem (por meio da mudança metafórica dos sentidos, dos paradoxos, dos jogos de palavras, etc.). Tal consideração deve ser vista também como parte constitutiva desses próprios processos – nesse sentido, o alcance da discursividade é inherentemente a processos ideológicos. Por considerarmos o alcance das materialidades discursivas como uma área de heterogeneidades não interligadas, móveis dentro de suas próprias contradições, a perspectiva de nossos programas de pesquisa tem mudado drasticamente desde a época do estruturalismo filosófico. Enfatizando as descobertas de Michel Foucault, Gilles Deleuze ou Jacques Derrida, a análise de discurso deixa de ser uma questão de reconstrução das variantes homogêneas de uma estrutura de ideologia (ou ideologias) para ser, em vez disso, uma questão de exploração desse jogo de heterogeneidades discursivas móveis que geram eventos específicos às lutas ideológicas do movimento.

Tudo isso, obviamente, implica numa certa percepção da relação entre realidade histórica, materialidade linguística e a existência do sujeito: põe-se em questão a metafísica confortável que considera as classes como objetos pré-construídos e autocentrados, o sujeito como uma unidade ativa de uma consciência intencional e a língua como instrumento de comunicação das ações e expressões desse sujeito. Nesse sentido, mais do que nunca, Marx, Freud, Nietzsche e Saussure estão na vanguarda. Eles se propuseram a elaborar a teoria impossível de universais semântico-pragmáticos, uma teoria que flutua no horizonte de nosso tempo, como um novo objeto de dominação. Essa teoria impossível é a forma mais recente da *langue introuvable* pela

qual a linguística (mas não somente a linguística) tem estado obcecada desde seu início.

Françoise Gadet: eu gostaria de começar mencionando um linguista ocasional que, além de governar um estado, considerou as relações entre a língua e a ideologia: Josef Stalin. Stalin é bastante conhecido entre os linguistas por seu artigo “Marxismo e problemas de linguística”, em que aborda a questão da relação entre a línguagem e as classes sociais. Como também é amplamente sabido, ele resolve essa questão afirmando que a línguagem não é uma superestrutura.

Stalin também merece a reputação de ser um precursor do performativo estendido. Essa reputação nos é sugerida por uma declaração de Simiawski*, uma vítima do stalinismo, que disse diante de seus juízes: “Se traduzirmos as metáforas em termos reais será o fim do mundo. Nós dizemos ‘a escuridão está caindo’, ‘está chovendo canivete’, ‘o céu está cheio de estrelas cadentes’. Se isso tudo acontecesse de fato, o mundo iria para o brejo. Quando Lenin falou sobre lutas ideológicas com nossos adversários, ele usou metáforas. Stalin traduziu essas metáforas em termos reais. E assim começaram os horrores de 1937**”.

Sé uma metáfora for lida ao pé da letra, a língua acaba sendo tomada pela realidade, a representando sem distanciamento. Estabelecida como equivalente à realidade, a ordem da língua seria, então, categórica, séria, precisa. O significado existiria em si próprio porque coincidiria com palavras na realidade de uma ideologia. As consequências dessa concepção de linguagem são bem conhecidas nos campos da política e da literatura, então vou considerar apenas as implicações desta posição para a linguística. Gostaria de explicar, do ponto de vista de uma linguista interessada na questão da ideologia, porque Pécheux e eu ousamos chamar um capítulo de *La langue introuvable* de “A metáfora também merece que se lute por ela”. Nossa concepção da relação entre a língua e a realidade necessariamente implica em uma concepção da própria língua. Essa concepção ajuda a

esclarecer o processo metafórico, uma vez que levanta questões sobre a natureza das regras na linguagem.

Meu ponto de partida, a metáfora, leva-me a considerar o tópico da criatividade linguística. Não entendo “criatividade” como a possibilidade geral de criação de linguagem, uma característica comum a todas as línguas, mas especificamente a característica do próprio sistema linguístico de permitir deslocamentos históricos dentro do campo das formulações possíveis. Em vez disso, quero questionar aqui uma concepção do senso comum que aborda o problema da criatividade relacionando duas formas de oposição: primeiro, a oposição entre palavra e frase; segundo, a oposição entre liberdade e coerção.

De acordo com essa concepção do senso-comum, é sempre a palavra que é considerada a pedra angular da criatividade e da liberdade na língua. Portanto, certos exemplos de criatividade relacionados a ela são comumente mencionados: os lapsos, as palavras guarda-chuva, os trocadilhos, as metáforas, os neologismos, os jogos poéticos de palavras, os jogos de palavras propriamente ditos, as rimas, os sponerismos***, os anagramas, etc. Encontramos nos exemplos a seguir expressões na língua que assumem novamente que expressão é uma questão de palavras: *usar uma palavra por outra, pesar as palavras, procurar palavras, a palavra certa, o poder das palavras, não temer as palavras...* Na maioria dessas expressões, claro, está implicada a base sintática da frase.

Por outro lado, a concepção de linguagem do senso-comum considera a sintaxe um fator de rigidez, uma coerção, um limite ou filtro, um processo pelo qual se põe rédeas curtas na espontaneidade. De tal perspectiva, um psicanalista reflectindo sobre a necessidade de uma *escrita* de um material oral seria forçado a dizer: “Em última análise, a sintaxe está do lado de processos secundários”. Penso que essa concepção de sintaxe é não somente uma consequência de uma análise feita sobre línguas de ordem fixa (por

exemplo, o francês ou o inglês), mas quais a ordem das palavras é determinada. Acredito que ela seja também, e acima de tudo, uma consequência de uma reconstrução imaginária da sintaxe: sintaxe sendo considerada como um conjunto de regras imperativas que afirmam o que é permitido e o que é proibido – regras que tomam a forma de *não diga aquilo, mas diga isso*. Qualquer ataque a essa ordem é, portanto, visto como necessariamente uma quebra das regras, um desvio, um posicionar-se fora da língua.

Alguns trabalhos recentes no campo da linguística sugerem a necessidade de abandonar essa dicotomia entre palavra e frase. Consideremos, por exemplo, o trabalho de Judith Milner, que aborda as questões dos jogos de linguagem. Ela mostra como brincar com a língua negativamente revela algo sobre a língua, porque pela mera possibilidade do riso, por exemplo, a pessoa se comporta como se tivesse entendido outra coisa. Jogar com a língua é uma questão de análise sintática. Isso é exemplificado pelo famoso *Witz* comentado por Freud: *Tu a pris un bain?* (Você tomou/pegou um banho?) *Pourquoi, il en manque un?* (Por quê? Está faltando algum?) ***. Há aqui uma ambiguidade lexical entre a expressão completa (*tomar um banho*) e a combinação do verbo *tomar* e do substantivo *um banho*. Mas é o esquema sintático que permite esse jogo e, consequentemente, o *Witz*. Portanto, escreve Milner: “Eu insisto no fato de que quase o tempo todo, brincar com a língua, apesar de ser geralmente considerado como ambiguidade lexical pura, envolve problemas de analisabilidade sintática”. Da mesma forma, outra linguista (de novo uma mulher) está trabalhando no estatuto linguístico da metáfora. A definição de metáfora de Lacan como sendo-a substituição de uma palavra por outra é bastante conhecida. Ela mostra que isso é válido, mas somente porque existe um quadro sintático para a substituição em si. Portanto, para ela a metáfora é um fato de linguagem com uma origem sintática. Por exemplo, a expressão francesa *son colonel de mari* somente poderá ser interpretada por um falante do francês como uma

O que essa posição implica no que diz respeito ao status das regras gramaticais? Nós argumentamos em *La langue introuvable* que certa interpretação do trabalho de Chomsky permite esta concepção de língua. É sabido que um dos conceitos mais importantes da Gramática Gerativo-Transformacional é a oposição entre o grammatical e o não-grammatical. Essa distinção funciona mais como uma forma de pensar a questão do que como um dispositivo para separar enunciados. Separar enunciados seria produzir uma decisão sobre ou determinar uma fronteira entre *o que é grammatical* e *o que não é grammatical*. Se assumirmos, ao contrário, que a oposição é uma forma de pensar a questão, isso implicará em levar em conta o que é impossível na língua, precisamente para compreender o que existe nela. Em minha opinião, a principal descoberta do trabalho de Chomsky é sua compreensão entre a relação do grammatical e do não-grammatical como um *continuum* ou uma consistência natural – não como a língua versus o seu exterior, o normal versus o patológico, a regra versus o desvio. Nada revela uma sequência excluída como sendo excluída, exceto o fato de que ela é excluída. Portanto, não há fronteira ou ponto assinalável de mudança linguística entre o grammatical e o não-grammatical. Há somente trabalho na língua, em que o significado é definido em relação ao que não faz sentido, o sem-sentido.

Compreender Chomsky dessa forma – e concordo que não é a forma mais comum de compreendê-lo – é na verdade levantar a questão do domínio de um sujeito sobre sua língua: jogar com as regras não é o mesmo que seguir as regras de um

atitude pejorativa ou irônica em relação aos coronéis por meio de referência à expressão *són imbécile de mari*.

Esses exemplos indicam a necessidade de se referir à estrutura sintática, considerada tanto como indiferente aos processos ideológicos de linguagem, quanto responsável por eles. A sintaxe é a base da criatividade histórica. Assim, as regras da língua não podem ser consideradas como regras categóricas – no sentido de que uma regra deve ou não deve ser aplicada. Em vez disso, as regras da língua devem ser vistas como intrinsecamente possibilidadoras dos jogos ideológicos e das latitudes discursivas. Consideremos um exemplo especialmente esclarecedor: a expressão de Roland Barthes *tricher la langue* (literalmente *trapacear a língua*). Não nos interessa apontar que o verbo *tricher* normalmente é intransitivo (*tricher avec la langue*) e que nesse exemplo de desvio ele é transitivo. Para nós, interessa muito mais enfatizar que Barthes usa o verbo para definir literatura como sendo um trabalho sobre a língua. Também é muito mais interessante apontar que usar um verbo intransitivo transitivamente é particularmente frequente em alguns tipos de discurso. Esse é o caso de afirmações provocativas usadas em cartazes eleitorais, como nesse exemplo usado recentemente contra François Mitterrand:

Il a avorté nos enfants

Il avortera la France

(literalmente: *ele abortou nossas crianças, ele abortará a França*). Nem no primeiro sentido (fazer uma mulher abortar) nem no segundo sentido (fazer um projeto abortar) o verbo *avorter* pode ser usado transitivamente. Ao fazer isso, a afirmação com o desvio ganha em intensidade e até mesmo em violência.

A que novas consequências teóricas tais reflexões levam? Acredito que o ponto principal é que pensar sintaticamente sobre

jogo. Da nossa perspectiva, não há “desvio” – e, portanto, não há linguagem “poética”. Há somente um processo geral de linguagem, funcionando tanto no aprendizado verbal de crianças quanto no uso coridiano da linguagem por todos os falantes, bem como nos seus usos político e literário. É Barthes de novo quem nos apresenta alguns exemplos dessa interação entre o gramatical e o não-gramatical. Um desses exemplos me parece especialmente interessante, uma vez que apresenta uma aparente contradição entre sua *escritura* e sua posição teórica. Em *Leçon inaugurale*, ele escreve: “Em nossa língua, sou forçado a me estabelecer primeiro como sujeito antes de expressar a ação que, por causa disso, será somente um atributo do sujeito; o que eu faço é apenas a consequência e o resultado do que eu sou. Da mesma forma, eu sempre tenho que escolher entre masculino e feminino, porque tanto o neutro quanto qualquer gênero misturado são proibidos para mim; ou, de novo, eu tenho que indicar minha relação com outra pessoa pelo uso do *tu* ou do *vous*: qualquer hesitação social ou emocional não é permitida. Assim, na sua própria estrutura, a língua implica em uma relação fundamental de alienação”. Essas observações levaram Barthes à sua famosa conclusão: “a língua não é nem racional nem progressista; ela é mesmo fascista”.

Em sua prática como escritor, Barthes já tinha trabalhado anteriormente na necessidade de decidir a questão do gênero gramatical. Em *Fragments d'un discours amoureux*, em que de forma bastante sistemática evita a identificação do gênero dos parceiros envolvidos no *discurso amoroso*, Barthes usa termos não-marcados (*o sujeito apaixonado; o objeto do meu amor; você; nós; o outro; o outro corpo*) e algumas nominalizações como *a ausência, a angústia do amor, o disfarce da discrição*. Encontramos aqui características discursivas que, de dentro da língua, joga com a necessidade da língua: um *andil*, eu oussaria dizer. Mas o termo *andil* parece implicar uma noção de estratégia. No entanto, no caso Barthes não é o mestre daquilo que escreve, como se ele pudesse traduzir objetivos ideológicos em *língua* ou discurso.

Fazer a língua funcionar é somente jogar nas suas coerções e nas suas lacunas – jogar nas latitudes que ela oferece.

Em *La langue introuvable*, buscamos questionar a posição estratégica do mestre da língua que busca controlar um mundo de enunciados por meio de seu processo de enunciação. Contra o narcisismo da comunicação bem-sucedida, tentamos afirmar o valor político e histórico da falha. A certeza do *American joke* e a ansiedade do *Witz* judeu nos dão uma ilustração filosófica dessa diferença. O *joke* é a resposta de um camponês americano a seu pastor quando esse último o convida a agradecer ao Senhor por lhe ter dado uma terra tão bela: “*É, mas se o senhor pastor tivesse visto o estado em que essa terra estava quando Ele me deu...*” O *Witz* é a resposta do pequeno alfaiate judeu ao seu cliente que estava descontente por ter esperado durante seis anos pela entrega de uma calça por ele encomendada. O cliente comentou que Deus só havia levado seis dias para criar o mundo. E teve como resposta do alfaiate: “*Tudo bem, mas olhe a calça e olhe o mundo...*”

Ecole Pratique des Hautes Etudes / Université de ParisX
Tradução: Sérgio Augusto Freire de Souza

Notas do Tradutor

* NT: Andrei Donatovich Siniawski, escritor russo, dissidente, professor da Universidade de Sorbonne.

** NT: Em 1937, Stalin iniciou várias operações para liquidar grupos de supostos espíacos, “subversivos” e intelectuais que se manifestavam contra o regime.

*** NT: *Souverainismo* é um jogo de palavras em que consoantes, vogais ou noirmemas de palavras são trocados intencionalmente ou não, causando um sentido diferenciado. Ex. Ao se querer dizer “que mala feia dura”, diz-se “que fala meio dura”. O nome deve-se a William A. Spooner, reitor de New College, Oxford, conhecido por sua afecção a esse jogo de palavras.

**** NT: No português, um exemplo desse funcionamento seria o diálogo entre dois advogados amigos que se encontram na rua. O primeiro convoca “Vamos tomar alguma coisa?”. E o segundo responde: “Vamos! De quem?”

***** NT: Philippe Sollers, escritor e crítico francês. Sollers fez parte ativamente da inquietação intelectual francesa das décadas de 1960 e 1970.